



“DIAS DE VISITA”: DESLOCAMENTOS E TRAJETÓRIAS DE MULHERES COM FAMILIARES ENCARCERADOS

Giane Silvestre ¹

Introdução

Quando uma pessoa é presa e condenada a cumprir pena em um município que não é o seu, como na grande maioria dos casos do Estado de São Paulo, sua família tem de se mobilizar para realizar as visitas, enquadrando-se nas normas, dias e horários da unidade prisional e instalar-se nas cidades onde seus entes estão presos. Neste processo, muitas pessoas, sendo a grande maioria mulheres, se deslocam de suas cidades de origem aos finais de semana e se instalam em outras cidades para visitarem seus parentes presos. Tal deslocamento acaba influenciando diretamente na dinâmica local, econômica e social do município no qual estão presentes estas prisões. Foi o que ocorreu em Itirapina.

Itirapina é uma cidade que se localiza a cerca de 220 km da Capital paulista, na região central do Estado, vizinha de cidades como São Carlos, Rio Claro e Brotas. Foi fundada no século XIX por imigrantes portugueses e permaneceu como distrito de Rio Claro até meados do século XX, tendo sua emancipação político-administrativa ocorrido no dia 25 de Março de 1935. A cidade também foi, em seu passado, um importante ponto na rota ferroviária paulista, durante o auge da atividade ferroviária, sendo esta a principal fonte econômica da cidade à época. Atualmente o município tem cerca de 15.110 habitantes² e duas penitenciárias.

As unidades prisionais foram instaladas em diferentes períodos, a primeira em 1978, ainda sob regime da ditadura militar e a segunda em 1998, no processo de interiorização³ das unidades do sistema penitenciário ocorrido no Estado de São Paulo, a partir da década de 1990. Assim, a cidade convive com dois projetos e dois modelos de prisões e a presença dessas unidades tem provocado fortes mudanças nas relações sociais, econômicas e políticas da cidade.

Neste sentido, as reflexões que apresentado neste artigo, são partes de uma pesquisa mais ampla, na qual busco compreender as transformações nas dinâmicas social, econômica e política no

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. E-mail pra contato: giane_silvestre@yahoo.com.br

² Dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE referentes ao ano de 2009. Disponível em <http://www.seade.gov.br/produtos/imp/index.php?page=tabela> Acesso em 17/06/2010.

³ Este processo é caracterizado como interiorização, pois a partir de meados da década de 1990, a maior parte das Unidades Prisionais construídas em São Paulo passou a se localizar em municípios do interior paulista; promovendo, assim, um deslocamento da população encarcerada, removendo-a para as áreas mais afastadas dos grandes centros.



município de Itirapina, em consequência da implantação de suas duas unidades penitenciárias, a partir da perspectiva dos sujeitos deste processo. Trabalharei aqui com algumas percepções que foram obtidas por meio de pesquisa etnográfica realizada junto a um grupo de mulheres que visita seus entes durante os finais de semana nas duas penitenciárias existentes no município de Itirapina. Busquei com isso, aprofundar o entendimento das trajetórias e dos enfrentamentos que derivam dos processos de deslocamento dessas mulheres em dias de visita nas prisões.

A entrada no campo

Comecei meu trabalho de campo com as mulheres que visitam seus parentes presos em janeiro de 2010. Meu primeiro contato estabelecido com uma de minhas interlocutoras foi facilitado pela dona de um hotel em Itirapina, que tem nas mulheres dos presos a grande parcela da sua clientela. A dona do hotel disse que me apresentaria a uma mulher que estava morando no seu estabelecimento desde que seu marido fora transferido para a penitenciária II de Itirapina e pediu para que eu fosse até lá durante a semana para nos apresentar uma à outra. Assim o fiz, passando no hotel ainda naquela semana.

Foi assim que conheci Julia⁴, uma mulher de 36 anos que tem seu marido preso há 10 anos. Ela estava grávida de seis meses, era seu segundo filho. A dona do hotel me apresentou à Julia e começamos a conversar ali mesmo no hall de entrada, comecei a conversa explicando qual era meu trabalho e de que maneira ela poderia colaborar comigo, ela então se dispôs a me ajudar e começou a contar a sua história. Julia tinha o marido preso em Itirapina havia oito meses, no entanto, ele já estava cumprindo pena restritiva de liberdade há 10 anos. Neste período em que seu marido estava preso, ele já havia passado por mais de 10 unidades prisionais em diferentes cidades e Julia sempre o acompanhou, mudando-se para estas cidades, deixando para trás São Paulo, sua cidade natal.

Julia me disse que faz todos estes sacrifícios⁵ pelo amor que sente por seu marido e também porque acredita que ele se regenerou, pois nos 10 anos em que está preso, seu marido nunca aprontou nada na cadeia. Julia também me relatou casos a respeito do comércio de drogas dentro da penitenciária, segundo ela, muitas mulheres acabam levando drogas para dentro das unidades e este comércio lá dentro é bastante comum, pois as drogas acabam passando nas revistas de entrada com

⁴ Todos os nomes citados neste artigo são fictícios para preservar a identidade de minhas interlocutoras.

⁵ Serão grafados em *itálico* os termos e expressões de minhas interlocutoras que foram anotados em caderno de campo. Optei por colocar em *itálico* também os trechos de depoimentos reveladores da forma como elas entendem a temática discutida neste artigo.



mais facilidade do que objetos como celulares, por exemplo, já que estes aparelhos são facilmente identificados em detectores de metais.

Depois de algum tempo conversando com Julia, perguntei se ela poderia me apresentar algumas de suas colegas que estavam passando pela mesma situação, e ela prontamente se dispôs, pedindo para que eu a procurasse no final de semana, quando suas colegas chegariam. Conforme eu havia combinado com Julia, fui ao endereço no horário combinado, uma pequena casa de três cômodos e um banheiro que hospedava cerca de dez mulheres durante o final de semana ao custo médio de quinze reais por pernoite. Nesta casa, elas se revezavam em uma pequena cozinha, com um fogão e uma geladeira para preparar os alimentos que levariam para seus parentes (na maioria das vezes companheiros) nas penitenciárias.

Aquele grupo de mulheres realizava as visitas aos sábados e domingos e por conta disso tinham uma rotina bastante parecida, em geral chegavam a Itirapina às sextas feiras pela noite, pernoitavam e sábado pela manhã iam à penitenciária para fazer a primeira visita. Saíam de lá por volta das 16 h, horário determinado pela unidade para o encerramento da visita, e iam para a pequena casa deixar suas sacolas e seus potes sujos com as comidas que haviam levado naquele dia, o chamado *jumbo*⁶. Em seguida, estas mulheres vão às compras no comércio local, supermercado, farmácia, lojas de roupas, mercearias, etc. Em geral compram os alimentos que levarão à penitenciária no domingo e outras coisas específicas que foram solicitadas por seus parentes, como doces, remédios, roupas íntimas, etc. No final da tarde de sábado elas voltam à casa e começam novamente a preparar os alimentos que levarão aos parentes no domingo, macarronada, arroz, feijão, carnes, etc. No domingo pela manhã, novamente elas vão realizar a visita na penitenciária que, novamente se encerra às 16 h, quando elas, em sua maioria, retornam para seus municípios.

Diante desta rotina com os horários bem determinados e muito pouco tempo ocioso, acreditei que a melhor maneira de realizar a pesquisa seria acompanhando intensamente tal rotina, etnografando as experiências destas mulheres. Esta é uma opção metodológica que, se por um lado aproxima ainda mais a pesquisadora do seu objeto, fazendo com que a inserção em campo seja mais profunda, por outro lado, esta profundidade nos deixa ainda mais sensíveis aos problemas e desafios que surgem no desenrolar da pesquisa.

O envolvimento com a pesquisa e a sensibilidade despertada neste processo dificilmente são descritos pelos pesquisadores em geral, contudo, Sara Escorel (1999) em sua pesquisa que acerca da

⁶ “Jumbo” é uma categoria nativa usada denominar as sacolas com mantimentos e produtos de higiene que as mulheres levam para seus parentes presos nas unidades prisionais. Em geral são sacolas grandes e de plástico transparente, para facilitar a revista na entrada da unidade.



realidade das pessoas que vivem em situação de rua, traz essa problemática para seu trabalho expondo suas emoções e frustrações e com isso, nos faz refletir sobre a condição do pesquisador ao longo do processo de pesquisa. E nos chama a atenção para “esse ‘equilíbrio sutil entre distanciamento e envolvimento’ que caracteriza o relacionamento do pesquisador com seu sujeito de estudo teve que ser obtido através de crises e reformulações das estratégias de pesquisa” (p. 93).

Assim, quando me encontrei novamente com Julia naquele sábado, ela me apresentou Vera e Ana. É a partir de uma breve exposição sobre as histórias e as experiências delas que irei traçar, neste texto, algumas reflexões que derivam dos processos de deslocamento destas mulheres.

A história de Vera

Vera sem dúvida era a mulher que mais se destacava daquele grupo, bastante falante, animada, simpática, extrovertida e sempre fazia brincadeiras, entretanto, eu só pude perceber estas características depois de algum tempo naquela casa e depois de conquistar, pelo menos uma parcela, da confiança daquelas mulheres. Quando cheguei à casa, Julia me apresentou primeiro às mulheres que estavam na área externa da casa, Vera estava na cozinha preparando seu jumbo, eu então me apresentei e cumprimentei uma a uma com um beijo no rosto, falei então a elas da minha pesquisa e de como cada uma delas poderia colaborar. Nesse momento Vera deixou a cozinha e veio ao meu encontro, eu então a cumprimentei como fiz com as demais, pouco tempo depois eu estava acompanhando Vera na cozinha, ouvindo sua história enquanto ela preparava uma macarronada.

Vera começou a me contar um pouco da sua história: ela mora em Bauru - SP e visita seu marido que está preso em Itirapina todos os finais de semana. Ela já tinha dois filhos de um casamento anterior, e quando conheceu seu atual companheiro se envolveu rapidamente, ele morava em uma fazenda e estava foragido, mas segundo Vera, ele não havia contado isso a ela. Vera só descobriu que seu companheiro era foragido quando ele foi preso novamente, o que segundo ela foi um choque, mas ela já estava envolvida demais para *voltar atrás*. Vera se dispôs então a continuar no relacionamento, visitando sempre seu companheiro e acreditando quando ele dizia que faltava apenas um ano de pena para ser cumprido. Somente com o passar de um ano foi que Vera descobriu que a pena que seu companheiro ainda deveria cumprir era de vinte e dois anos.

Vera me contou que sua vida mudou completamente, ela era professora e deixou o antigo vínculo fixo, em geral trabalha em empregos temporários em que não precise trabalhar aos finais de semana, para que possa viajar e visitar seu companheiro. Vera considera que sua vida é muito difícil e que sofreu e sofre muito, mas ama muito seu companheiro, um amor quase maternal, pois



segundo ela *amor de mulher de preso é igual um amor de mãe, porque mesmo longe a gente não para de pensar nele, se a gente vai dormir a gente pensa se eles não estão com frio, com fome, você ta entendendo?*

Vera sempre viaja pedindo carona na estrada, já que não tem condições de arcar com as despesas das viagens todos os finais de semana e por isso, como ela diz, fica *sempre com dedão na estrada*. Vera conta ainda que nunca diz o verdadeiro motivo da viagem à Itirapina para as pessoas que lhe dão carona, ela conta outras histórias, como de parentes doentes, hospitalizados, etc. e me conta isso brincando com a situação: *olha, já matei tanto parente (risos), é tia, prima, mãe...*

Vera justifica-se dizendo que esse tipo de mentira é uma autodefesa. Segundo ela, quando pega carona com um desconhecido deixá-lo sensibilizado com a sua situação é sempre uma maneira de bloquear qualquer possível tentativa “mal intencionada” que o estranho possa vir a ter. Além disso, Vera revela que não pode confiar em todas as pessoas contando a elas que seu marido está preso, e que, portanto, ela é uma “mulher de preso”, pois segundo ela, no imaginário popular as mulheres de presos são tão desqualificadas quanto seus maridos. *As pessoas acham que mulher de preso tudo não presta.*

Ainda segundo Vera, esse preconceito direcionado aos familiares dos presos é bastante sentido por elas, vindo de parte dos moradores das cidades por onde seus maridos passam, sobretudo as menores. O marido de Vera já havia passado por mais de cinco cidades diferentes e ela já havia vivenciado esse preconceito diversas vezes, inclusive em Itirapina. Segundo Vera, os moradores olham para elas de forma diferente e adotam posturas de indiferença e de estranhamento. *As pessoas da cidade evitam até encostar na gente, parece que a gente vai contaminar elas...* Neste momento perguntei a Vera se ela sabia como que os moradores da cidade conseguiam identificá-las como sendo mulheres de presos e a resposta veio na mesma hora: *porque eles olham pra gente e sabem que a gente é de fora.*

Depois disso, Vera me contou que assim que eu cheguei naquela casa para conversar com ela e com as demais mulheres, ela logo veio me *testar*, perguntei então como ela havia feito esse teste, Vera me disse então que quando eu entrei, ela ficou observando atentamente a maneira como eu iria cumprimentá-las, ou seja, como eu iria *chegar nelas*. Neste momento percebi que o simples fato de ter cumprimentado uma a uma das mulheres com um beijo abriu um caminho para a consolidação de uma relação de confiança da parte delas em relação a mim. Nas palavras de Vera *quando você chegou e deu um beijo em cada uma de nós, a gente viu que você não tinha preconceito com a gente e que a gente podia confiar em você.*



Diante desta fala de Vera, que por sua personalidade forte havia assumido uma espécie de liderança naquele grupo, as demais mulheres que ali estavam também passaram a se abrir mais comigo naquele dia e nos outros que se sucederam, e assim consegui estabelecer um vínculo de confiança com minhas interlocutoras. Foi também com base nessa relação de confiança que Ana se dispôs a me contar a sua história, que tentarei expor brevemente neste texto.

A história de Ana

Ana é uma pernambucana que vive em São Paulo há bastante tempo, já está com seu companheiro há seis anos e, assim como Vera, também começou seu relacionamento quando seu companheiro já estava preso. Ana era casada com outro homem que, segundo ela, era muito *frio e rude* no relacionamento e com quem ela tem uma filha. Ela me contou que conheceu seu atual companheiro num momento difícil de sua vida, quando estava terminando seu casamento, ele já estava preso, mas havia sido beneficiado pela por uma *saidinha*⁷. Ana era vizinha de alguns familiares de seu atual companheiro e todas as vezes que ele recebia o benefício da *saidinha* ela acabava encontrando com ele e foi assim que seu relacionamento começou.

Ana disse que se apaixonou muito rapidamente por seu companheiro, pois encontrou nele um homem muito *carinhoso e atencioso*, atributos que ela não encontrara em seu ex-marido. Logo que começaram a se relacionar, o companheiro de Ana revelou a ela que estava preso no interior do Estado e ela aceitou a situação, passando a visitá-lo aos finais de semana nas unidades pelas quais ele passou nestes seis anos de relacionamento. Segundo Ana, seu companheiro já passou por várias unidades da capital, onde ela mora, e era mais fácil realizar as visitas todos os finais de semana; no entanto, desde que ele fora transferido para unidades do interior ficava mais difícil comparecer às visitas todos os fins de semana, já que ela sempre viajava de ônibus, custeando as passagens.

Na capital, Ana trabalha em um restaurante que fica localizado numa região bastante freqüentada por empresários, sendo este grupo a principal clientela do restaurante. Em seu emprego, Ana diz que tem apenas uma amiga que tem conhecimento sobre a situação do seu companheiro, ela evita contar a outros colegas e principalmente aos clientes e patrões, pois afirma que as pessoas têm muito preconceito e discriminam os familiares dos presos assim como fazem com os mesmos. Ao me contar isso, Ana disse que já ouviu diversos comentários preconceituosos em seu trabalho, principalmente por parte dos clientes empresários. *Eu já ouvi coisas assim: preso tem que morrer*

⁷ Saidinha é uma categoria nativa utilizada para fazer referência ao benefício das saídas temporárias dos presos com bom comportamento dentro das unidades em algumas datas comemorativas, como natal, dia das mães, etc.



mesmo, tem que matar mesmo, por isso eu não conto! Imagina se eles descobrem que quem faz a comida deles é uma mulher de preso?

Ainda me relatando sobre o preconceito em seu local de trabalho, Ana contou que no prédio onde funciona o restaurante em que trabalha há um caixa eletrônico que é constantemente assaltado, ela acredita que se os proprietários ou clientes souberem que ela é casada com um preso, iriam acusá-la de ser facilitadora dos recorrentes assaltos. *Imagina se eles sabem que meu marido é preso? Vão falar: foi ela que deu a fita! Esse tipo de coisa...* Diante disso, Ana diz que sempre inventa uma mentira quando a questionam sobre seu marido, *eu sempre digo que ele está trabalhando no interior e que vem pouco pra São Paulo, coisas do tipo...*

Além de sentir a necessidade de esconder a situação de seu marido em seu trabalho, Ana diz que já sofrera muito preconceito por parte dos moradores das pequenas cidades em que seu marido esteve preso, como Guareí, também no interior de São Paulo, e Itirapina. Perguntei então à Ana se ela sabia como os moradores conseguiam identificar que ela era uma *mulher de preso* e ela me respondeu: *porque eles sabem que a gente é de fora, a cidade é muito pequena e eles reconhecem quem ta ali durante os finais de semana, principalmente no supermercado que só tem um e todo mundo vai lá.*

Ana continuou me contando sobre seu relacionamento, ela se diz muito feliz com seu companheiro, apesar de todas as dificuldades que eles passam, ela se sente muito amada e valorizada dentro da relação, pois seu companheiro sabe que só tem a ela e só pode contar com ela. Ana afirma que passaria por todas as dificuldades que passou novamente se fosse preciso e que acredita muito no futuro que irá construir com seu marido assim que ele deixar a prisão, embora ela não saiba quando isso vai acontecer. Depois dessa conversa com Ana, eu a acompanhei até o supermercado, onde ela comprou os alimentos para preparar as comidas que levaria para seu marido no dia seguinte.

Obviamente as histórias de Vera e Ana são muito mais ricas e complexas do que os fatos exposto neste texto, entretanto, acredito que os breves fatos relatados já oferecem os subsídios para uma reflexão teórica que tentarei traçar nas próximas linhas.

A estigmatização do “outsider”

De acordo com Norbert Elias (2000) as relações sociais estabelecidas em pequenos grupos sociais são permeadas por relações de poder que acabam por qualificar e determinar as posições de cada indivíduo em uma determinada sociedade ou grupo. Mesmo dentro de um pequeno grupo



existem divisões que hierarquizam e determinam o lugar de cada um dos sujeitos, mostrando assim as implícitas formas de relações de poder ali existentes. Por vezes, alguns grupos sentem-se numa posição de prestígio em relação ao outro, legitimando assim suas visões e comportamentos; e diversos são os motivos que levam a estas visões, sendo a principal delas, a coesão grupal dada pelo tempo.

Naquela pequena comunidade, a superioridade de forças do grupo estabelecido desde longa data era desse tipo, em grande medida. Baseava-se no alto grau de coesão de famílias que se conheciam havia duas ou três gerações, em contraste com os recém-chegados, que eram estranhos não apenas para os antigos residentes, mas também entre si [...]. Assim, a exclusão e a estigmatização dos outsiders pelo grupo estabelecido eram armas poderosas para que este último preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar⁸.

O alto grau de coesão grupal, dos grupos chamados estabelecidos, é alcançado por meio de uma identificação coletiva que faz com que os membros deste grupo sigam normas e condutas comuns que, entre outras coisas, mantém uma honra a ser seguida. Os grupos que não possuem um alto grau de coesão passam por um processo de estigmatização e não são reconhecidos como pertencentes à comunidade por meio dos grupos estabelecidos. Com base na pesquisa etnográfica, é possível afirmar que em Itirapina o grupo constituído pelos moradores adota uma postura de estranhamento e estigmatização em relação aos chamados “de fora”, associando, por vezes a presença destes como uma ameaça à comunidade e também ao aumento criminalidade do município. O grupo visto como “outsider” é formado pelas mulheres, que não tem residência fixa no município e lá se instalam apenas aos finais de semana para visitar seus parentes presos nas duas penitenciárias existentes na cidade, assim, a discriminação não ocorre por qualquer grupo outsider, mas pelo grupo específico que tem contato direto com as penitenciárias e sobretudo, com os presos, mas não apenas um contato institucionalizado, mas sim um contato íntimo.

Por todos os dados da pesquisa levantados em entrevistas formais, informais e também pela observação, pode-se afirmar que a estigmatização ocorre pelos tipos de roupas e bagagem que este grupo usa e carrega, pelos tipos de produtos que compram, pelo comportamento considerado diferente dos moradores e também pelo fato de andarem sempre em pequenos grupos. Os moradores declararam que as chamadas visitas usam roupas “diferentes” e por vezes extravagantes que, os próprios moradores da cidade não fariam uso. Tal relação de poder que determina posições e prestígios de um grupo em relação ao outro pode ser observada nas falas de minhas interlocuturas quando as questiono sobre como os moradores da cidade as reconhecem como “mulheres de presos”

⁸ ELIAS Norbert & SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000 p. 22.



e prontamente respondem: *porque eles sabem que a gente é de fora, a cidade é muito pequena e eles reconhecem quem tá ali durante os finais de semana*. Estas respostas demonstram ainda que o próprio grupo constituído pelas mulheres assume e se reconhece nessa condição de “outsider”.

A sujeição criminal

De acordo com Michel Misse (2008a), a construção social do crime deve ser pensada em quatro níveis analíticos e interligados, sendo eles: i) “criminalização” de um curso de ação típico-idealmente definido como “crime” (através da reação moral à generalidade que define tal curso de ação e o põe nos códigos, institucionalizando sua sanção); ii) “criminação” de um evento, pelas sucessivas interpretações que encaixam um curso de ação local e singular na classificação criminalizadora; iii) “incriminação” do suposto sujeito autor do evento, em virtude de testemunho ou evidências intersubjetivamente partilhadas; e iv) “sujeição criminal”, através da qual são selecionados preventivamente os supostos sujeitos que irão compor um tipo social cujo caráter é socialmente considerado “propenso a cometer um crime”.

Focando-nos mais neste último nível analítico, podemos afirmar que os familiares dos presos, mais especificamente suas mulheres, passam por um processo de “sujeição criminal”, no qual passam a sofrer um maior controle tanto institucional quanto social. As mulheres passam por rígidas revistas para entrar nas unidades prisionais, por vezes abusivas e vexatórias, ao mesmo tempo em que são vistas pelos moradores da cidade como “criminosos em potencial”. Assim, a pena imposta ao sujeito preso, de certo modo, é perpassada aos seus familiares, sobretudo às mulheres que os visitam. Ainda de acordo com Misse (2008b) no conceito de sujeição criminal

Primeiramente, busca-se o sujeito de um crime que ainda não aconteceu. Se o crime já aconteceu e se esse sujeito já foi incriminado antes, por outro crime, ele se torna um “sujeito propenso ao crime”, um suspeito potencial. Se suas características sociais podem ser generalizadas a outros sujeitos como ele, cria-se um “tipo social” estigmatizado. Mas a sujeição criminal é mais que o estigma, pois não se refere apenas aos rótulos, à identidade social desacreditada, à incorporação de papéis e de carreiras pelo criminoso (...). Ela realiza a fusão plena do evento com seu autor, ainda que esse evento seja apenas potencial e que efetivamente não tenha se realizado. É todo um processo de subjetivação que segue seu curso nessa internalização do crime no sujeito que o suporta e que o carregará como a um “espírito” que lhe tomou o corpo e a alma⁹.

Nota-se neste sentido, que a sujeição criminal não pode ser reduzida simplesmente a uma rotulação arbitrária, ou ainda uma simples disputa por significações morais, a sujeição criminal é um complexo processo social em que determinadas práticas que classificam e determinam posições e atos de sujeitos. Uma reprodução social de tipos considerados socialmente criminosos, onde a

⁹ MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Civitas, Porto Alegre, vol. 8, nº 3, set-dez 2008b. p.380.



prática do indivíduo não se apresenta como o foco central. A pessoa que fora presa e passou por um processo de “incriminação” provavelmente passará por um processo de “sujeição criminal”, entretanto, sua família, sobretudo sua companheira, mesmo que não tenha cometido nenhum crime, provavelmente passará pelo processo de “sujeição criminal”.

Percebe-se neste sentido, que a punição se expande efetivamente para as estas mulheres por meio do contato direto que elas têm com os presos. A noção de contágio pelo contato físico que os moradores têm em relação às mulheres fica nítido quando elas mesmas sentem tal temor e relatam: *As pessoas da cidade evitam até encostar na gente, parece que a gente vai contaminar elas.* E é evitando o contato que os itirapinenses se “protegem delas”. Tal fato fica ainda mais evidente quando vemos que foi pelo toque, pelo contato físico com a pele que eu consegui estabelecer uma relação de confiança com estas mulheres: *você chegou e deu um beijo em cada uma de nós, a gente viu que você não tinha preconceito com a gente e que a gente podia confiar em você.*

Assim, este artigo tentou, de forma breve discorrer sobre algumas consequências que derivam do deslocamento dessas mulheres em dias de visita nas prisões, priorizando o foco da análise em suas trajetórias e seus os enfrentamentos.

Referências Bibliográficas

ESCOREL, Sarah. *Vidas ao Léu* trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

MISSE, Michel. Sobre a construção social do crime no Brasil – esboços de um interpretação. In: Misse, Michel (Org.). *Acusados e acusadores* estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008a. pp. 13-32.

MISSE, Michel. *Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Civitas, Porto Alegre, vol. 8, nº 3, set-dez 2008b. pp. 371-385. Disponível em : <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/4865/3641>>